

Versão Online

ISBN 978-85-8015-053-7

Cadernos PDE

VOLUME I

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE  
Produção Didático-Pedagógica

2009

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
PDE**

**LIDAIR TOCHETTO**

**A CONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE DE ARGUMENTAR POR MEIO DE UMA  
PRÓPOSTA DE ENSINO COM O GÊNERO DISCURSIVO –  
“ARTIGO DE OPINIÃO”**

**Francisco Beltrão**

**2010**

**LIDAIR TOCHETTO**

**A CONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE DE ARGUMENTAR POR MEIO DE UMA  
PROPOSTA DE ENSINO COM O GÊNERO DISCURSIVO  
“ARTIGO DE OPINIÃO”**

**Unidade Didática apresentada ao Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE – da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, vinculada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Cascavel e em parceria com a Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Rosana Becker Fernandes (UNIOESTE – Cascavel/PR)**

**Francisco Beltrão**

**2010**

## SUMÁRIO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	4
2. POR QUE TRABALHAR COM ARTIGO DE OPINIÃO?.....	4
3. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	6
4. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO.....	10
5. CONTEXTUALIZANDO O TEMA.....	12
6. TEXTOS SUGERIDOS PARA AS LEITURAS.....	13
O ECA É UM ATRASO E CAUSA REPÚDIO.....	14
CRIMES REACENDEM DEBATE SOBRE PUNIÇÃO A MENORES DE 18 ANOS.....	15
CARTA-MANIFESTO E UM ALERTA.....	15
MAIORIDADE CRIMINAL.....	17
DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	18
7. PESQUISA DE OPINIÃO ENTRE OS ALUNOS.....	19
8. DEBATE EM SALA DE AULA.....	21
9. CARACTERÍSTICAS DO ARTIGO DE OPINIÃO.....	22
9.1 ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO.....	24
9.2 ORGANIZAÇÃO DOS PARÁGRAFOS.....	25
9.3 ESCOLHA DO VOCABULÁRIO.....	26
9.4 (RE) CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	27
9.5 OPERADORES ARGUMENTATIVOS.....	28
9.6 O LEITOR EM POTENCIAL.....	29
REFERÊNCIAS.....	32

## **A construção da capacidade de argumentar por meio de uma proposta de ensino com o gênero discursivo “artigo de opinião”**

### **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Instituição de Ensino Superior: UNIOESTE / Cascavel

Professora Orientadora: Rosana Becker Fernandes

Professor PDE: Lidair Tochetto

Núcleo Regional de Educação: Francisco Beltrão

Disciplina: Língua Portuguesa

Público Alvo: Alunos de 8ª série do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Tancredo Neves, Francisco Beltrão.

Tema: Produção Textual Escrita

### **2. POR QUE TRABALHAR COM ARTIGO DE OPINIÃO?**

Pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo *sob o signo da palavra*. E, essa nova orientação do pensamento filosófico do Ocidente está ainda só nos primeiros passos. (BAKHTIN, 1977, p.26)

Na sociedade moderna contemporânea “*o signo da palavra*” tornou-se portador das mais diversas e controversas informações. Vem daí a importância de trabalhar em sala de aula o texto/discurso e a necessária interpretação que já não pode ser única, mas carregada pelas vozes dos interlocutores.

É esta a compreensão das Diretrizes Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa quando estabelecem como prioridade o domínio da Língua nos eixos: oralidade, escrita, leitura.

Com a modernidade, as crianças foram perdendo a predominância do convívio familiar. Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, as crianças, cada vez mais cedo, passam a grande parte de sua infância em creches e na escola. Nestes espaços estão expostas a relacionamentos e convivências muitas vezes conflitantes com as experiências vivenciadas no padrão familiar. Nestes meios “hostis”, as crianças obrigam-se a adquirir, produzir e arquitetar a sua sobrevivência. Nessa perspectiva, é possível afirmar que a escola atua como uma instituição de transição entre o ambiente familiar e o ambiente social mais amplo. Tal mudança vai implicar em mudança significativa nos planos emocional e afetivo da criança, e, ao mesmo tempo, promover novos modos de articulação no modo de pensar, conviver, relacionar-se com o mundo, com o outro e com a linguagem.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o aluno já é um usuário da Língua, mas sua linguagem ainda é restrita aos espaços de circulação mais imediatos, não muito diversificados, em que os objetivos são de caráter mais prático, predominando usos de linguagem geralmente informais. Quando necessitam argumentar oralmente nesses espaços e situações, crianças e adolescentes utilizam-se de diferentes estratégias argumentativas. Não raras vezes, para defender seus interesses, a emoção, o sentimento, algumas vezes, a conhecida “manha” entram em cena. Esta postura e vivências argumentativas são diferentes das exigidas pelo ambiente escolar. As dificuldades e diferenças tornam-se ainda maiores quando se faz necessário argumentar por escrito.

No material pedagógico aqui apresentado toma-se a escrita como uma ferramenta que permite a interação social, e, por meio do trabalho com o gênero discursivo “artigo de opinião” e da análise de recursos da argumentação, possibilitar ao aluno, alternativas de inserção social como membro atuante na comunidade em que está inserido. (DCEs, 2008). Neste sentido cabe ao aluno descobrir a “ubiquidade da palavra” (no sentido bakhtiniano) e através da enunciação buscar/delimitar seu espaço social e cultural. Ainda, será na sala de aula que o aluno deverá adquirir conhecimentos e habilidades linguísticas que lhe permitam a construção do enunciado discursivo/argumentativo.

No Ensino Médio, espera-se que o aluno construa relações intelectuais entre as diversas ideias que lhe são apresentadas e aquelas que ele próprio construiu na interação social com o seu meio. O trabalho com o artigo de opinião, por ser um gênero discursivo cujo objetivo principal é persuadir o leitor, contribui para a reflexão sobre os diferentes pontos de vista e estratégias argumentativas utilizadas pelos autores.

### 3. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A construção da capacidade de argumentar, por meio de uma proposta de ensino com o gênero discursivo “artigo de opinião”, busca em Bakhtin (1984; 1997) os fundamentos teóricos necessários.

O aluno do ensino fundamental e médio traz para a sala de aula muito da vida particular, privada, do cotidiano familiar. Bakhtin (1984), referindo-se à linguagem, alerta para a diversidade e pluralidade significativa das interações verbais do cotidiano. Para o autor,

existe uma parte muito importante da comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica particular: trata-se da comunicação da vida cotidiana. Esse tipo de comunicação é extraordinariamente rica e importante (BAKHTIN, 1984, p.37).

Bakhtin afirma, ainda, que a palavra tem a propriedade de manifestar a consciência individual e que isto a torna material semiótico da vida/discurso interior. E ninguém contesta: ao chegar aos domínios da escola, a criança já é portadora de um amplo e variado estoque de saberes, conhecimentos e pontos de vista, já marcados ideologicamente.

Principalmente neste período:

A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior, pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da palavra interior, em geral constitui um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem (BAKHTIN, 1984, p. 37).

Tudo aquilo que fazemos, dizemos ou queremos, manifesta - mesmo que não saibamos - uma bagagem ideológica. No primeiro capítulo de *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin afirma que:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção, ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele (...) reflete e refrata outra realidade, que lhe é exterior. Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si mesmo: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso não se trata de ideologia.

No entanto, todo corpo físico pode ser percebido como símbolo: (...) E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico.

Portanto, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo existe um universo particular, o universo dos signos (BAKHTIN, 1984, p. 31 e 32).

E, em seguida acrescenta:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. (...) Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico (BAKHTIN, 1984, p. 32).

Bakhtin reconhece a importância da linguagem e desvenda os seus signos e a carga de significados que ela carrega em si, mas estreitamente relacionada com a situação social, histórica e cultural dos seus usuários. Na perspectiva bakhtiniana, *“a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”* e *“é o modo mais puro e sensível da relação social”* (BAKHTIN, 1984, p. 36).

Em linhas gerais, é possível afirmar que a ideologia em Bakhtin pode ser compreendida como diferentes visões de mundo. De diferentes visões de mundo, resultam construções de discursos e subjetividades diferentes. A linguagem carrega em si a possibilidade da constituição de uma pluralidade de sentidos, visões, perspectivas no próprio sujeito que com a linguagem interage. E, mesmo que os sujeitos interajam com as mesmas realidades podem constituir-se sujeitos, com diferentes visões de mundo, isto é, com constituições ideológicas diferentes.

Ao referirem-se à palavra/linguagem, as afirmações bakhtinianas soam como poesia, mas deixam claro que o contexto do presente pode modificar a palavra, mas, mesmo assim, não pode roubar-lhe o sentido histórico (anterior).

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriam caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 1984, p. 41).

Apreender o significado e as relações das palavras passou a ser uma necessidade básica e essencial para a sobrevivência e para a construção da cidadania. E é papel da escola



como instituição social mediadora realizar esta transição/ampliação do universo ideológico do aluno

O meio social de interação do aluno possui significação diferente daquela apresentada pela escola. Para Bakhtin, o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, estão intimamente relacionadas com a linguagem, entendida como manifestação, exteriorização de conceitos e, por isso mesmo, produtos ideológicos.

Para entender a cumplicidade entre um signo e a ideologia:

O signo então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.

É preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. É justamente por isso que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for (BAKHTIN, 1984, p. 37).

Os signos constituem-se e situam-se entre indivíduos organizados e na inter-individualidade de um meio social. A consciência individual não se explica por si mesma, mas a partir do meio ideológico e social, isto é, do contexto histórico e ideologicamente marcado, identificado. Estas marcas nem sempre estão à mostra.

Nessa perspectiva, reside a importância de se pensar o trabalho/ensino do artigo de opinião que seja sensível a perspectivas ideológicas diferentes/plurais.

Este material pedagógico busca um tratamento didático com o gênero artigo de opinião que não se atenha apenas às características estruturais e a uma técnica de escrita, mas que permita a você, professor, contribuir para que o aluno reflita sobre os diferentes pontos de vista que circulam socialmente. Assim compreendido, o texto passa a ser entendido como

um lugar de entrada para este diálogo com outros textos, que remetem a textos passados e que farão surgir textos futuros. Conceber o aluno como produtor de textos é concebê-lo como participante ativo deste diálogo contínuo: com textos e com leitores (GERALDI, 2001, p.22).

Além disso, é necessário compreender que a construção ideológica, referencial, e/ou significativa do aluno pode ser distinta da construção ideológica/referencial/significativa da escola, distinta também das perspectivas apresentadas nos textos trabalhados e, principalmente, distinta daquela apresentada pelo professor.

Nunca é demais refletir que não se constroi a cidadania, senão na pluralidade. Há cidadania responsável, quando o aluno obriga-se a produzir uma argumentação escrita compatível com a visão de mundo do professor? Em outras palavras, os encaminhamentos aqui propostos para o trabalho com o artigo de opinião procuram distanciar-se da escrita tradicionalmente compreendida como *redação* - uma tarefa escolar a ser cumprida – mas propõe aproximar-se de uma compreensão de escrita como produção textual, tendo como objetivo a formação de alunos autores de textos/discursos (QUIRINO, 2001).

Para tanto, o material prevê atividades constantes de leituras e debates organizados em sala de aula, para que o aluno possa vivenciar diferentes estratégias argumentativas orais e escritas. Para vivenciar esta prática, buscou-se associar às perspectivas presentes nos textos de leitura, com situações conhecidas pelo aluno e aos pontos de vista que circulam na sua comunidade. A partir desse levantamento inicial, serão conduzidas sistematizações sobre as características e estratégias argumentativas, fundamentando-se em Abreu (1999), Garcia (1995), Inácio (1993) e Viana (2004).

Outro aspecto importante na condução do trabalho com o artigo de opinião, aqui proposto, diz respeito à escolha do tema e de como este precisa ser apresentado para garantir a presença de diferentes perspectivas ideológicas. Por meio desta leitura e análise contrastiva (PARANÁ, 1991), o aluno poderá ampliar e comparar sua perspectiva/opinião inicial sobre o tema com as perspectivas/opiniões apresentadas pelos autores dos textos trabalhados. No interior desse processo permanente de leitura e análise, será encaminhada a produção escrita de um artigo de opinião, definindo-se previamente os leitores destinatários e o meio de circulação do texto produzido pelos alunos.

A partir dessas produções, o professor pode observar na escrita, o posicionamento ideológico do aluno e também, observar como cada aluno articula seus argumentos e se os mesmos são compatíveis com os interesses explicitados no parágrafo inicial do texto que ele acabou de produzir. Estar atento, também, ao fato de que posições ideológicas diferentes podem utilizar-se dos mesmos argumentos. Observar a articulação da argumentação com a tese inicial, apenas.

Em linhas gerais, a proposta de trabalho deste material pauta-se na compreensão de que para escrever é preciso ter o que dizer, saber para quem dizer, como, porque, quando e onde dizer (GERALDI, 1997).

Compreender essa perspectiva ideológica, discursiva e enunciativa da linguagem é uma das tarefas que o professor de Língua Portuguesa deve considerar e ter sempre em mente ao longo do seu fazer pedagógico, buscando diferentes formas de compreensão, análise e produção de textos argumentativos em sala de aula; atividade esta, que já não pode ser considerada uma atividade espontânea ou simplesmente formal / técnica.

#### **4. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO.**

A unidade de trabalho aqui proposta aborda a adolescência pelo fato deste assunto estar ocupando cada vez mais espaço nos meios de comunicação. Na escola, na sala de aula, este assunto é o assunto do dia, todos os dias. No Fundamental e Ensino Médio, todos ou pelo menos a grande maioria dos alunos, estão nesta faixa etária, o que permite partir do fato de que todos os alunos terão condições efetivas de participar dos debates sobre situações que envolvem os adolescentes.

De forma específica será tematizado o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e sua relação com a definição da maioridade penal. Para auxiliar nos debates e trocas de ideias, são apresentados cinco textos que fornecem subsídios e sugerem caminhos para leitura dos alunos e para outras pesquisas, sempre com diferentes pontos de vista sobre o tema escolhido:

- O ECA é um atraso;
- Crimes reacendem debate sobre punição a menores de 18 anos;
- Carta-manifesto e um alerta;
- Maioridade penal;
- Declaração: CNBB é contra a redução da maioridade penal.

***PROFESSOR!***

*Os cinco textos devem ser previamente submetidos aos critérios de planejamento e julgamento definidos por você. Altere a ordem de apresentação e de leitura, descarte um texto ou acrescente outro que julgar mais pertinente (atual, regional, de maior relevância social ou de maior impacto midiático). Observe, porém, se as modificações realizadas não prejudicam a diversidade ideológica sobre o tema. Este é um dos fios condutores do material didático aqui proposto.*

Os textos escolhidos foram divulgados em portadores de alcance nacional, regional/estadual, e outros circunscritos ao âmbito local. Com a leitura e reflexão de artigos veiculados pela imprensa local, demonstra-se o empenho da escola em cultivar canais de interação com a comunidade.

Com a diversidade de opiniões que os textos veiculam, será possível refletir sobre o modo de pensar e de compreender determinada polêmica. A polemica não é exclusivamente pessoal ou local, mas implica valores, pontos de vista e ideologias que circulam socialmente. A escolha dos textos também considerou que as perspectivas ideológicas ora estão presentes de forma expressa e explícita, ora de forma implícita e subentendida. Nestas últimas, a leitura ideológica está diluída nas entrelinhas e, assim não é facilmente identificável. Por este motivo esta mensagem não exige justificativas por parte do autor do texto e os pressupostos são aceitos como válidos e não questionáveis. Nesses casos, os encaminhamentos de reflexão propostos pelo professor são de fundamental importância para desvelar ao aluno as estratégias argumentativas do autor.

Também é proposto um encaminhamento para uma pesquisa entre os alunos da classe por meio de um questionário, tendo como objetivo identificar a opinião dos alunos e/ou de seus familiares sobre o tema. A partir desse questionário, será possível levantar um dado estatístico que deverá ser utilizado na produção do artigo de opinião. Se for do interesse do professor, é possível identificar a opinião dos alunos antes das leituras dos textos sugeridos.

Como forma de contribuir para a compreensão global dos textos sugeridos, é apresentada como sugestão, uma ficha pessoal de leitura, como recurso que possibilita aos alunos o registro das opiniões e dos argumentos apresentados em cada texto a respeito do tema/tese sugerido (aqui, a diminuição da idade penal). Esta ficha servirá de subsídio para a condução do debate em sala de aula, quando será possível confrontar as opiniões dos autores dos textos com as opiniões individuais dos alunos.

No decorrer das leituras e reflexões propostas, são apresentadas orientações sobre as características do artigo de opinião, enfatizando-se que texto de opinião é a apresentação de um ponto de vista (tese) sobre determinado tema, tendo como objetivo convencer o leitor por meio de argumentos que demonstrem a validade, a pertinência e a coerência do ponto de vista defendido.

O objetivo final do trabalho é a produção individual de um artigo de opinião sobre a diminuição da maioria penal que será destinado à leitura dos colegas da sala. Cada turma selecionará alguns dos textos produzidos, para serem expostos em mural para leitura de todos os alunos da escola. Da exposição final, serão escolhidos os que serão encaminhados para publicação no jornal da cidade.

Os encaminhamentos propostos podem ser reorganizados pelo professor, conforme avaliação da realidade da turma com a qual trabalha. Nenhum material didático prescinde da participação do professor/a. A criatividade, a capacidade de motivação, as sugestões e a tomada de decisões coerentes são elementos indispensáveis e de fundamental importância para a produção final do texto por parte dos alunos. Os trabalhos de Bräkling (2000); Gagliardi (s/d) e Teis e Moser (2009) podem contribuir para a proposição de outros encaminhamentos de ensino com o artigo de opinião.

## 5. CONTEXTUALIZANDO O TEMA

**PROFESSOR!**

*Antes de iniciar o trabalho com os alunos, reforce que para o tema foram escolhidos artigos de opinião veiculados pela imprensa em diferentes espaços e estratos sociais com o objetivo de fazer as observações sobre as estratégias argumentativas e as opiniões de diferentes portadores. Comentar com os alunos que a mesma trama argumentativa pode servir e ser utilizada por posições ideológicas diversas e até antagônicas (a favor ou contra).*

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abriu espaços legais e forçou a reorganização da sociedade. Direitos e deveres passaram a ter força de lei para a família, para a escola e para a sociedade em geral. E, em especial, para crianças e adolescentes, que antes do ECA, eram apenas considerados, do ponto de vista legal, um apêndice familiar.

Apesar disto, os atuais índices de criminalidade indicam que ainda estamos no “mau caminho”, já que demonstram o crescente aumento das atrocidades em todas as camadas sociais. Há os que dizem que o ECA é o responsável pelo aumento da criminalidade, mas há estatísticas e os que argumentam que a criminalidade é uma situação historicamente conhecida e considerada problemática mesmo antes da publicação do estatuto.

Parte da polêmica é devida ao fato dos crimes cometidos envolverem adolescentes e adultos. E, sabe-se que a grande maioria dos atos ilícitos (crimes) cometidos por adolescentes são arquitetados por adultos. Os menores agem, assim, sob a proteção destes adultos maiores de idade que estariam, a princípio, sujeitos aos rigores da lei. Mas não é isto o que acontece, pois o adolescente acaba assumindo as responsabilidades dos adultos e, assim, ninguém é punido. Por outro lado, o mesmo sistema legal aceita que o adolescente é responsável e suficientemente capaz para o exercício político, a partir dos 16 anos.

É importante, professor, que você esclareça aos alunos que o objetivo de levar o debate sobre este tema para a sala de aula não é o de criminalizar de forma generalizada os adolescentes envolvidos em atos ilícitos. O objetivo didático é suscitar a reflexão sobre a polêmica e os diferentes pontos de vista sobre o tema, refletindo, também, se alguns crimes, por suas características, deveriam ser punidos. Pode-se debater sobre aspectos relacionados à maioridade penal: a partir de que idade e de que crimes. É possível lembrar também que crime é crime, em qualquer idade ou cidade<sup>1</sup>. E, não esqueça de, localizar as estratégias argumentativas e os interesses ideológicos, explícitos ou não.

## 6. TEXTOS SUGERIDOS PARA AS LEITURAS

*Professor!*

*Antes de iniciar as leituras é necessário conversar com os alunos sobre os interesses ideológicos que, nos textos, convivem – dialogam, debatem, conflitam e digladiam – defendendo os interesses dos autores/portadores. Comentar que os interesses que os artigos de opinião veiculam nem sempre podem ser lícitos, justos, morais ou éticos, entre outras conjecturas possíveis. É importante mostrar a seus alunos que a mesma realidade pode ser vista e interpretada de formas diferentes, o que significa dizer que muitos textos são tendenciosos. Isto pode ocorrer quando o autor omite parte da verdade para fazer parecer, para fazer crer que determinadas coisas são verdadeiras.*

### Texto 01

---

<sup>1</sup> O trocadilho é para lembrar a prática de emissoras televisivas que costumam transformar determinadas situações/fatos ocorridos geralmente no Rio de Janeiro em eventos/fatos nacionais.

## O ECA É UM ATRASO E CAUSA REPÚDIO

**Badger Vicari**

De tempos em tempos o assunto volta. A imprensa divulga que criminosos menores, protegidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), são soltos. Isto causa nojo, repúdio, asco, ânsia de vômito, sentimentos de que ser do bem nos deixa vulneráveis. E ninguém gosta de se sentir vulnerável. Penso nas famílias que perderam seus entes queridos e ficam sabendo que o algoz está solto...

O ECA foi elaborado em cima de uma visão política por demais ideológica, aquela que resumidamente dizia assim: pais desempregados, porque o capitalismo malvado não lhes dava empregos, enchiam a cara na bodega da esquina e chegavam em casa de noite e batiam nos filhos — que não iam para a escola porque tinham que ficar pedindo esmola o dia inteiro... Basicamente é esse o DNA que sustentou pedagogicamente o tal estatuto — movido por ONGs, provocando o Estado para ser o padrasto das crianças indefesas.

Ocorre que o mundo mudou, ocorre que faz cerca de 15 anos que desemprego não é mais problema no Brasil, ocorre que todas as crianças estão na escola, ocorre que a percepção da vida não deveria ser estante. O ECA hoje é um organismo atrasado que alimenta bandidos e assassinos, que cumprem uma pena protocolar de no máximo três anos e depois são soltos.

Não falo isso só pensando em fatos distantes, como o desta semana lembrando o crime contra o carioca João Hélio, quando um dos envolvidos foi solto, e ainda está sob proteção do Estado brasileiro porque supostamente está ameaçado de morte por seus coleguinhas de internato forçado...

Falo isso pensando no rapaz de 15 anos que em setembro de 2006 matou o casal de namorados de Francisco Beltrão Jaqueline Machado e Joari Sauer. O rapaz está solto desde o ano passado, prontinho para cometer outras injustiças fatais. Ou alguém acredita que o sujeito que eliminou o casal de namorados foi "reeducado" nas cidadelas que acolhem menores?

O ECA orienta que o criminoso menor fique no máximo três anos recluso. Em casos muito excepcionais pode ficar um pouco mais. Mas isto, pelo que se deduz, nunca acontece. Precisam vagas, portanto soltam-se os que cumpriram a "reeducação".

O mal existe. Não é consequência das condições sociais, como a baixa sociologia de esquerda nos impingiu por certo tempo. O mal existe, e há quem sinta prazer instintivo praticando o mal, e existindo o mal a sociedade democrática tem que ter mecanismos de enfrentamento. As pessoas do bem, na medida do possível, devem viver seguras.

Faz tempo que adolescentes já veem o mundo com olhos maduros, com coração e mente que sabem o que é certo e o que é errado. Faz tempo, sim, que compreendem a vida (e a morte). Não cabe mais a formulação intelectual que defende que são coitadinhos ingênuos ainda em formação, e vítimas do sistema.

Quem mata um casal aos 15 anos não poderia ser solto porque a probabilidade de continuar matando é bastante grande. Ou alguém duvida? Alguém confia nessas prisões de adolescentes? Tá mais do que na hora da sociedade exigir que se rediscuta a essência do ECA. Na minha opinião, se fosse extinto não faria falta. E as prisões de adolescentes que se transformassem em prisões perpétuas para autores de crimes hediondos.

Jornal de Beltrão, 20/02/2010

## Texto 2

### CRIMES REACENDEM DEBATE SOBRE PUNIÇÃO A MENORES DE 18 ANOS

20/02/2010 - 00h00 (A Gazeta) Elaine Vieira  
evieira@redegazeta.com.br

Só na noite de quinta-feira, seis adolescentes acabaram apreendidos - termo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - por envolvimento com tráfico ou assaltos na Grande Vitória. Horas antes, dois episódios já haviam reacendido o debate sobre a maioridade penal e o tratamento dado a menores de 18 anos que cometem infrações: o caso de um garoto de 17 anos que é acusado de cinco mortes em dois meses, em Vila Velha, e a soltura de um dos envolvidos na morte do menino João Hélio, ocorrida em 2007, no Rio de Janeiro. Ele foi liberado da internação por ter feito 18 anos.

A juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude da Serra, Janete Pantaleão, afirma que, para reduzir o envolvimento de jovens com o crime, não é preciso alterar a lei e sim fazê-la cumprir. "Não é uma questão de a lei ser frouxa ou apertada. É que simplesmente ela não é aplicada. Mesmo aqui, no Espírito Santo, um Estado pequeno, há municípios que ainda não oferecem o básico previsto pela legislação, tanto em ações de proteção à criança quanto em medidas socioeducativas, como a liberdade assistida", destaca a juíza.

---

## Texto 03

### CARTA-MANIFESTO E UM ALERTA

Aquelas entidades divulgaram ainda o endereço de um "site" que está colhendo assinaturas numa Carta-Manifesto em prol de mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente pela redução da maioridade penal. Este "link", <http://www.gregolin.com/felipeliana/>, dá acesso ao "site".

O JORNAL alerta, porém, que a Carta-Manifesto deveria exigir tal redução mediante **emenda do Artigo 228 da Constituição Federal, que determina: "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial."** O ECA é consequência e de nada adianta exigir apenas sua alteração. A respeito disso, merece ser lido o artigo do senador Romeu Tuma publicado em nossa edição anterior - <http://www.ojornal.jor.br/jornal15/tuma.htm>

### COMUNICADO

Como é de amplo conhecimento, em relação à segurança pública e à legislação penal há duas agendas em nosso País. Precisamos separar o joio do trigo. Uma dessas agendas – a do povo brasileiro – exige que o Estado cumpra sua obrigação constitucional de dar segurança à população, legislando a favor do povo e contra os criminosos; investindo nas polícias e no sistema carcerário, além de prestigiar seus membros, sem embargo de outros investimentos básicos de saúde, educação e infra-estrutura, necessários para o avanço da civilização de nossa nação.



Outra - forjada longe de nossas fronteiras e para aqui trazida por organismos internacionais, Ongs e seus agentes diretos ou nacionais -, que, além de pregar a impunidade de menores criminosos e baixas penas de prisão para os demais delinqüentes sob um discurso demagógico e falacioso que atribui os crimes cometidos por livre decisão pessoal de seus autores à "causas sociais", investe contra nosso Judiciário e nossas forças policiais sob os mais variados pretextos.

Uma das causas mais importantes da onda de crimes a que o Brasil está submergindo é justamente a leniência e anomia decorrentes desta "visão social", da qual o atual governo é hoje o principal representante e defensor.

Não podemos esperar que a atual situação seja mudada sem a maciça manifestação popular em defesa de seu direito à justiça e à segurança e em apoio aos parlamentares que se identifiquem com os anseios populares.

Somente a permanente mobilização popular pode alterar este estado de coisas que está ceifando vidas inocentes, cada dia de forma mais cruel, além de transformar qualquer um de nós, brasileiros, em vítimas potenciais.

Nessa reunião ficou decidido que:

- Na manhã do dia 20 de dezembro, às 10h, será feita uma manifestação pública no vão do MASP, para lembrar a histórica manifestação que reuniu 10.000 pessoas em São Paulo no dia 22 de novembro em homenagem a Felipe e Liana e no clamor por justiça;
- Colocaremos a disposição da população um abaixo assinado por um plebiscito pela redução da idade penal. Se para 16, 14 ou 12 anos;
- Denunciaremos toda a iniciativa pró-impunidade, proveniente de governos, instituições, partidos e pessoas físicas, principalmente quando propõe falsas soluções para o combate ao crime.

Você leitor, está convidado a se engajar nessa luta árdua e prolongada. Participe como puder, diretamente ou divulgando o movimento e seus objetivos.

A população tem que continuar a luta contra a impunidade, a criminalidade e a favor da redução da maioridade penal, visto que todas as pesquisas indicam que é um clamor do povo acabar com essa injustiça. " Vox Populi" Revista Veja 16/08/2000 – 84% a favor da redução da maioridade penal; Toledo e Associados – Jornal o Estado de S. Paulo 25/09/2002 – 87,9% a favor da redução da maioridade penal; OAB pesquisa efetuada recentemente, 90% a favor da redução da maioridade penal; Instituto Olhar de Belo Horizonte – 93% a favor da redução da maioridade penal; Pesquisa no site do Diga-me 24/05/2000 81% a favor da redução da maioridade penal; Raquel de Queiroz, Hebe Camargo, Carlos Massa, o rei Roberto Carlos manifestaram-se a favor da redução da maioridade penal. O Presidente FHC em 16/10/99 Jornal da Tarde " O crime do menor é visto, com muita tolerância. A sociedade não quer isso mais, é preciso que se mexa na legislação"; Rede Bandeirantes de Televisão, Rádio Jovem Pan, Rádio Bandeirantes, Rádio Trianon etc. – 93% das ligações querem a redução da maioridade penal. A mobilização da sociedade é muito importante. Não podemos deixar cair no esquecimento as vidas de inocentes perdidas para o crime, não podemos deixar esfriar esse clamor da população."

(a) Jorge Damús Filho, pai do Rodrigo  
E-mail: [jorge@atequando.com.br](mailto:jorge@atequando.com.br)

## Texto 04

### MAIORIDADE CRIMINAL

14/2/2007

A criminalidade no Brasil atingiu índices astronômicos e um dos grandes problemas a serem debatidos é o da maioridade penal. Veja, abaixo, quadro da ONU com a idade mínima para que uma pessoa possa responder criminalmente por seus actos em alguns países:

México ..... 6 a 12*	Bangladesh ..... 7	Índia ..... 7
Mianmar ..... 7	Nigéria ..... 7	Paquistão ..... 7
África do Sul ..... 7	Sudão ..... 7	Tanzânia ..... 7
Estados Unidos ..... 7**	Indonésia ..... 8	Quênia ..... 8
Escócia ..... 8	Etiópia ..... 9	Irã ..... 9***
Filipinas ..... 9	Nepal ..... 10	Inglaterra ..... 10
País de Gales ..... 10	Ucrânia ..... 10	Turquia ..... 11
Coreia do Norte ..... 12	Marrocos ..... 12	Uganda ..... 12
Argélia ..... 13	França ..... 13	Polónia ..... 13
Uzbequistão ..... 13	China ..... 14	Alemanha ..... 14
Itália ..... 14	Japão ..... 14	Rússia ..... 14
Vietnã ..... 14	Egito ..... 15	Argentina ..... 16
Brasil ..... 18****	Colômbia ..... 18 ****	Perú ..... 18 ****

#### LEGENDA

\* Varia de acordo com os Estados; na maioria deles é 11 ou 12 anos.

\*\* Idade determinada por Estado; o mínimo costuma ser 7 anos.

\*\*\* 9 para meninas e 15 para meninos.

\*\*\*\* A partir de 12 anos, o infractor pode sofrer medidas sócioeducativas.

Não conheço dados de outros países, inclusivamente o meu, mas tal não se faz necessário para o assunto em questão. Nesta tabela temos uma mescla daquilo a que costumamos chamar de países desenvolvidos, emergentes e sub-desenvolvidos e uma abrangência de várias correntes religiosas e culturas. Na minha opinião, defrontamo-nos aqui com alguns absurdos como a discriminação entre meninos e meninas no Irã e, claro, algumas faixas etárias muito baixas. Nem tento ao mar, nem tanto à terra... Pessoalmente, comecei a trabalhar e a auto sustentar-me com 14 anos de idade numa cidade grande - Lisboa - longe da família. Tenho plena noção de que isso não é normal e se verificou mais por causas económicas. Porém, nessa idade já era uma cabeça pensante e crente dos seus direitos e obrigações. Sou, portanto, da opinião que a idade para maioridade penal, no Brasil e em qualquer outro país, deverá ser 15 anos. Clicando no link, os meus leitores brasileiros que comunguem da mesma opinião, e de outras de teor idêntico para outros casos e problemas da justiça, poderão participar de uma petição a ser enviada às autoridades federais do Brasil.

<http://www.petitiononline.com/07022007/petition.html>  
mailto:jornal@aggio.jor.br em 27/04/2010

## **DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL CONTRA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL**

"Todas as vezes que fizestes isso a um desses mais pequenos (...) foi a mim que o fizestes" (Mt 25,40)

O Brasil enfrenta uma onda generalizada de violências sob os mais variados aspectos e pontos de vista. São violências que vão desde a negação ou privação dos direitos básicos à vida até àquelas que geram insegurança, apreensão, medo.

Campanhas equivocadas criminalizam crianças, adolescentes e jovens como principais responsáveis dessas ações violentas, quando na verdade, frequentemente, os maiores culpados ficam totalmente impunes.

Os atos violentos, os crimes, o narcotráfico, envolvendo-os, a cada dia, em sua perversa trama, tiram-lhes as possibilidades de plena realização e os afastam de sua cidadania.

Neste contexto, o Senado volta a discutir a redução da maioridade penal com argumentos que poderiam ser usados também para idades menores ainda, como se esta fosse a solução para a diminuição da violência e da impunidade. A realidade revela que crianças, adolescentes e jovens são vítimas da violência. Muitas vezes são conduzidos aos caminhos da criminalidade por adultos inescrupulosos.

A CNBB entende que a proposta de redução da maioridade penal não soluciona o problema.

Importa ir a suas verdadeiras causas, que se encontram, sobretudo, na desagregação familiar, na falta de oportunidades, nas desigualdades sociais, na insuficiência de políticas públicas sociais, na perda dos valores éticos e religiosos, na banalização da vida e no recrutamento feito pelo narcotráfico.

Reafirma a CNBB que a redução da maioridade penal violenta e penaliza ainda mais adolescentes, sobretudo os mais pobres, negros, moradores de periferias.

Persistir nesse caminho seria ignorar o contexto da cláusula pétreia constitucional - Constituição Federal, art. 228 - além de confrontar a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, as regras Mínimas de Beijing, as Diretrizes para Prevenção da Delinquência Juvenil, as Regras Mínimas para Proteção dos Menores Privados de Liberdade (Regras de Riad), o Pacto de San José da Costa Rica e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumentos que demandam proteção especial para menores de 18 anos. Crianças, adolescentes e jovens precisam ser reconhecidos como sujeitos na sociedade e, portanto, merecedores de cuidado, respeito, acolhida e principalmente oportunidades.

A Igreja no Brasil conclama os poderes públicos - Executivo, Legislativo e Judiciário - bem como a sociedade civil a debater o assunto. Urge a busca de soluções focadas nas políticas públicas que efetivem melhores condições de vida para todos, na implementação de medidas sócio-educativas previstas no ECA e no desenvolvimento de uma política nacional de combate ao narcotráfico, penalizando com maior rigor a manipulação e o aliciamento de crianças, adolescentes e jovens pelo crime organizado.

A Igreja Católica, através de suas comunidades eclesiais, pastorais, movimentos e entidades sociais, desenvolve projetos sócio-educativos, profissionalizantes, de recuperação de dependentes químicos e de atendimento a adolescentes autores de ato infracional, obtendo resultados que indicam à sociedade caminhos a partir de ações educativas e não punitivas.

A CNBB se une a todos os brasileiros que trabalham para que se cumpra a premissa básica da Constituição Federal, art. 227: "CRIANÇA E ADOLESCENTE PRIORIDADE ABSOLUTA" e reafirma sua posição contrária à redução da maioridade penal.

Indaiatuba, São Paulo, 24 de abril de 2009.

(Texto disponível em: <http://www.adital.com.br/site/>)

## 7. PESQUISA DE OPINIÃO ENTRE OS ALUNOS

*Professor,*

*A próxima atividade tem o objetivo de pesquisar a primeira opinião dos alunos e de seus familiares a respeito do ECA.. Por isso, antes desta aula prepare um questionário com perguntas, com respostas fechadas, com no máximo, 5 alternativas para cada pergunta. O aluno deverá escolher só uma das alternativas.*

*Com as respostas tabuladas, você terá uma estatística prévia das opiniões dos teus alunos e poderá utilizá-las nas próximas aulas.*

*Entregue este questionário no final da aula e peça aos alunos que consultem os pais ou avós. Ou, em outra situação, peça aos alunos que respondam as questões na sala, antes do debate. Faça aquilo que for aconselhável para a tua sala de aula*

*É muito importante você planejar, muito bem, a condução destas atividades.*

*Controle o tempo necessário para responder o questionário e também para tabulação. Fique atento para as divagações ou para os depoimentos pessoais. "Mantenha o rumo da prosa". CUIDADO COM OS PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES. A aula deve ser conduzida nos limites do "politicamente correto". Muitas vezes nossas opiniões pessoais revelam tendências e preconceitos. Sem perceber deixamos as pegadas de nossa ideologia. Para alguns, será uma oportunidade única de falar sobre um problema grave do seu cotidiano, outros repetirão os lugares comuns do discurso midiático do momento.*

Utilize os dados do questionário para conduzir e organizar o debate entre os diferentes pontos de vista. Lembrar aos alunos que devem respeitar - sempre - os colegas que estão apresentando. Nas idéias é salutar que haja debate e conflito. Conforme Bakhtin será possível ouvir as diferentes vozes do discurso.

O questionário tem a finalidade de fazer uma transição entre o conteúdo das leituras e a produção e transcrição de um dado do cotidiano, comprovado pela pesquisa que será utilizado depois na produção escrita, como argumento, ou como referência para a tese.

### SUGESTÕES DE PERGUNTAS PARA ORGANIZAR O QUESTIONÁRIO

1. O que os seus pais acham do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA ?  
A ( ) Está bom assim e deve ser mantido como está.

- B ( ) Permite que crianças e adolescentes sejam exploradas por adultos.  
C ( ) Prejudica a educação de crianças e de adolescentes.  
D ( ) Deve ser modificado para ajustar-se com a realidade atual.  
E ( ) Na minha família não se fala neste assunto.

2. Indique três **DEVERES** essenciais para crianças e adolescentes, em relação à escola (à educação em geral), à família e à sociedade:

- a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_

3. Indique três **DIREITOS** das crianças e dos adolescentes com relação à escola, à vida familiar e à sociedade:

- a) \_\_\_\_\_  
b) \_\_\_\_\_  
c) \_\_\_\_\_

4. As ações do poder público defendem os direitos das crianças e dos adolescentes?

- A ( ) Sim, as autoridades defendem e apóiam os adolescentes bons, que agem corretamente.  
B ( ) Não, as autoridades apóiam e protegem os infratores, deixando inseguros os que agem corretamente.  
C ( ) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

5. Que mudanças devem ser feitas com urgência no ECA?

- A ( ) Permitir a punição rigorosa de todos os atos infracionais, sem diferença entre adolescentes e adultos  
B ( ) As crianças (maiores de 12 anos) e adolescentes, sempre, devem ser punidas quando praticam crimes, hediondos ou não.  
C ( ) Crianças nunca devem ser punidas.  
D ( ) Os adolescentes (maiores de 12 anos) sempre devem ser punidos.  
E ( ) Os pais sempre devem ser punidos no lugar dos filhos (crianças e adolescentes).

*Professor: observe que nas alternativas da questão 5 – as letras: A / B / D, conduzem a um mesmo sentido e é possível reunir estas respostas; nas alternativas C / E, também.*

Recolha os questionários para fazer a tabulação dos dados. É importante realizar a tabulação das respostas às questões junto com os alunos. Se houver tempo e espaço escreva as questões no quadro ou utilize a tv pen-drive para apresentar as perguntas e o quadro para as respostas.

Por exemplo, em relação à questão de número 5:

- Peça que um dos alunos anote as respostas no quadro, enquanto você as lê para toda a sala acompanhar;

- Aproveite para apresentar aos alunos as diferenças e semelhanças entre as alternativas;
- Mostre a eles a importância de ler com atenção;
- A partir do levantamento das respostas dadas, transforme-as em dados. “Em nossa sala, a maioria dos alunos acredita que ...” Ou então, de forma precisa: “Dos quarenta alunos de nossa sala, 25 avaliam que o ECA... Já 12 defendem que... Apenas dois alunos concordam que os pais devam...”
- Aproveite para explorar as diferentes maneiras de traduzir em palavra escrita os dados levantados pelo questionário.

Você pode ocupar uma parte do quadro para fazer anotações e ir registrando as falas mais significativas dos alunos durante o levantamento das respostas dadas. Utilize estas anotações, antes do final da aula, para sintetizar o debate. Peça aos alunos que registrem em seus cadernos estas anotações e observações.

## 8. DEBATE EM SALA DE AULA

Depois de lidos os diversos textos, promover a troca de idéias entre os alunos, solicitando que cada um explique aos colegas o que pensa sobre este assunto. Procure evitar discussões pessoais. Deixe clara esta observação antes de começar: *É hora de falar e de ouvir.* É sempre muito importante apontar para os alunos que eles devem aprender não só a ouvir a opinião do colega e procurar entendê-la como também expor sua idéia sem entrar em confronto/conflito. Mais adiante com o resultado do questionário, o professor organizará um debate sobre este tema, podendo convidar pessoas da comunidade para participar ou trazer outras informações, opiniões veiculadas em outros textos. Recorde os passos dados no encaminhamento da pesquisa. Mantenha uma “carta na manga” para esfriar o debate quando as discussões ficarem pessoais, ou muito acirradas.

### SUGESTÕES PARA ORGANIZAR OS REGISTROS PESSOAIS SOBRE AS LEITURAS

1. Autor:.....
2. Tema abordado:.....

3. Em que mídia foi publicado:.....

4. Local (cidade) da publicação:.....

5. Data da publicação:.....

6. Veículo (jornal/revista) em que o texto circulou: .....

7. Público-leitor a quem o texto se destina: .....

8. Posição do autor em relação ao tema: .....

.....

.....

.....

9. Argumentos utilizados:

a).....

b).....

c).....

d).....

10. Tese defendida pelo autor:.....

.....

.....

11. Em sua opinião, qual foi o melhor argumento utilizado pelo autor:.....

.....

.....

Por quê?:.....

.....

.....

12. O artigo foi convincente? ( ) sim ( ) não

Por quê?:.....

.....

.....

## 9. CARACTERÍSTICAS DO ARTIGO DE OPINIÃO

Artigo de opinião é um texto marcado pela forte presença de argumentos, numa sequência textual planejada para, ao final da leitura, obter o convencimento do leitor. Estes argumentos articulam-se com a tese inicial, convergem para a conclusão e devem fundamentá-la. O artigo de opinião, portanto, apresenta uma tese, procura comprová-la através da argumentação e, por último, na conclusão, faz um apelo explícito de adesão ao ponto de vista defendido pelo autor.

Onde circulam os textos de opinião? Que interesses defendem? Quem geralmente escreve artigos de opinião? Quem são aqueles que precisam defender e difundir determinados interesses? Os teus interesses particulares não precisam ser defendidos? A que leitores se destinam os textos de opinião? Estas são algumas questões que podem ser suscitadas com os alunos no decorrer do trabalho.

Em vários momentos neste material didático foi comentado sobre a importância de despertar nos alunos a consciência de que as coisas, as realidades, as palavras, as teorias e tudo o mais que se possa imaginar, podem ser vistas e apresentadas de formas diferentes.

Defender uma ou outra visão de mundo, isto é, uma determinada posição ideológica exige a utilização de palavras que simbolizam, palavras que estão relacionadas com os significados ideológicos daquela visão, que exige atitude, postura diferenciada diante do mundo, dos fatos ou das idéias apresentadas.

Observe:

No texto 3, no parágrafo inicial, logo abaixo do COMUNICADO: *Precisamos separar o joio do trigo*. E começa o parágrafo seguinte: *Outra – forjada*. No texto 2 *Acabaram apreendidos*- na primeira frase de primeiro parágrafo. No texto 4 índices *astronômicos*. No texto 5, no primeiro parágrafo temos uma síntese do documento, mas no segundo: O Brasil enfrenta uma *onda generalizada* de violências (...) *Campanhas equivocadas* criminalizam crianças, adolescentes e jovens.(...) veja o significado de *onda generalizada* e depois *campanhas equivocadas* e como estão bem relacionadas do ponto de vista da lógica.

Procure mostrar ao aluno que o leitor atento perceberá que o autor vai deixando marcas ideológicas desde o início do texto. Seu ponto de vista já pode ser analisado no título escolhido. Gradual e progressivamente, no decorrer do texto, o autor vai sendo mais explícito, alcançando o ápice na conclusão. Estas marcas são ao mesmo tempo pistas que antecipam e procuram indicar o direcionamento conclusivo do texto, como também revelam os interesses do autor e de que modo está seduzindo o leitor. Geralmente, funcionam como pistas argumentativas: os adjetivos, expressões popularizadas pelas mídias, figuras de linguagem que agregam sentido conotativo, etc. Estes recursos podem ser analisados como marcas ideológicas explícitas e são um bom indicativo para a interpretação e posicionamento crítico do aluno em relação ao texto lido.



## 9.1 ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO

Geralmente, os artigos de opinião, são escritos tendo como base, a clássica estrutura da argumentação (GARCIA, 1999), a seguir, apresentada.

### ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO

NO PRIMEIRO PARÁGRAFO de um artigo de opinião, geralmente chamado de *introdução*, acontece a apresentação da tese. É muito comum os articulistas iniciarem seus textos apresentando uma idéia geral, amplamente conhecida e reconhecida socialmente, de modo que não será necessário argumentar sobre elas. Estas são geralmente premissas conceituais, ideológicas, éticas, filosóficas, morais, religiosas, culturais.

Em seguida, é possível que o articulista introduza o tema/a questão sobre o/a qual vai apresentar sua opinião, fornecendo informações úteis e necessárias para fazer as indicações sobre a possível conclusão final. Geralmente ao finalizar esse primeiro parágrafo o autor já dá pistas de qual será sua posição final sobre o tema. É como se ele “deixasse no ar” para o leitor captar qual será a conclusão do texto.

Veja os parágrafos iniciais dos textos sugeridos:

- Texto 1, parece um desabafo, mas a última sentença evoca toda uma situação: *Penso nas famílias que ...*

- Texto 2, Depois do título inicia o parágrafo com a palavra: *Só na noite de ...*

A partir do SEGUNDO PARÁGRAFO, inicia-se o *desenvolvimento da argumentação*.

Ao apresentar os argumentos, aquelas idéias gerais da introdução - as premissas - voltam a ser invocadas, de forma velada, mas em harmonia com o argumento e com a finalidade de agregar um determinado valor (social, moral, econômico, político, religioso) ao argumento. Isso nos remete às afirmações de Bakhtin: “toda palavra, todo ponto de vista, está relacionado ao campo semiótico”. É importante lembrar que cada argumento apresentado cria a base de sustentação do ponto de vista/da tese/da opinião do autor. Assim eles funcionam como uma espécie de “prova” ao que o autor defende. Por isso, geralmente o argumento é escrito de modo que pareça algo irrefutável, comprovado, lógico: um fato, uma estatística.

NO ÚLTIMOPARÁGRAFO, o autor apresenta a *conclusão* em relação à tese/ao ponto de vista apresentado e defendido por ele ao longo do artigo.

Uma vez concluído este percurso, é hora de jogar a rede e envolver (*enredar/enveredar*) o leitor, convencendo-o que a proposta (*tese*) apresentada é correta, sustentável, necessária e que ele (*leitor*) deve assumi-la.

Literalmente *enrolar* o leitor, sem a conotação pejorativa da trapaça, mesmo sabendo que muitas vezes é isto mesmo o que acontece. Os interesses do autor são prevalentes, sobrepõem-se aos do leitor. Para o autor, o leitor deve ser seduzido e depois conduzido. O leitor torna-se dependente da argumentação apresentada pelo autor.

A argumentação requer uma boa sintonia entre a lógica e os fatos. As idéias e conceitos apresentados devem sustentar-se pelas evidências da lógica, da verossimilhança. Aquilo que se afirma no texto como prova/argumento deve remeter a fatos verdadeiros, próprios da vida, possíveis de existência e socialmente valorizados.

A criança sabe argumentar com os adultos e conhece a força de convencimento de alguns argumentos. Muitas vezes, a emoção e o sentimentalismo utilizados por ela obrigam os pais a fazer o que não podem ou não gostariam de fazer, mas fazem, simplesmente por força da argumentação infantil.

No Ensino Fundamental e Médio, o adolescente precisa aprender a reconhecer e distinguir estratégias argumentativas, baseadas, no raciocínio lógico, das estratégias persuasivas, baseadas em condicionantes emocionais. Não se deve esperar que o aluno construa esta percepção em duas ou três aulas, mas sim ao longo do percurso escolar.

*Sugestões de leitura para o professor.*



## 9.2 ORGANIZAÇÃO DOS PARÁGRAFOS

Nas redações escolares, a escrita geralmente é limitada ao tamanho de uma página. Neste caso, é quase regra geral, o texto de opinião ser apresentado numa das seguintes alternativas:

a) em um único parágrafo, apresentando a introdução, o desenvolvimento e a conclusão sem que haja distinção entre elas na organização espacial do texto. Com este bloco único visual, o aluno demonstra não perceber que a paragrafação pode funcionar como um recurso que contribui para evidenciar e salientar determinado percurso argumentativo.

b) dividido em três parágrafos. Geralmente o primeiro destinado à introdução, o segundo, ao desenvolvimento e o terceiro à conclusão. Esta disposição é muito frequente nos textos escolares, o que evidencia a assimilação pelos alunos de um modelo único de escrita. Tal frequência demonstra, também, que os alunos não se aperceberem que outras organizações textuais também são possíveis. A análise de diferentes textos de opinião e a reflexão sobre como os articulistas organizaram sua argumentação pode contribuir para ampliar as estratégias textuais dos alunos. É preciso que o professor também esteja atento para o fato de que a disposição em três parágrafos não garante por si só a presença da estrutura da argumentação (tese, argumentos, conclusão).

Quando o texto apresentar mais de três parágrafos, é importante o professor salientar que os argumentos devem ser separados em parágrafos e apresentados numa sequência que realce a importância dos argumentos, tendo em mente o ponto de vista do possível leitor que precisa ser inicialmente fragilizado para depois ser convencido.

Considerando as normas técnicas, um pequeno recuo na primeira linha, indica o início do parágrafo. Nas mídias virtuais, os parágrafos são separados por um espaçamento maior no corpo do texto e com alinhamento na margem esquerda.

### **9.3 ESCOLHA DO VOCABULÁRIO**

Na análise dos textos de leitura, é importante o professor observar a escolha do vocabulário. *Qual a diferença entre usar esta palavra e não aquele sinônimo? Quais os significados desta palavra? Como aquela palavra adquiriu um novo significado?* Reflexões como estas vão possibilitando ao aluno perceber que as palavras presentes num texto não são aleatórias. Elas contribuem para a organização temática e semântica do texto ao mesmo tempo que explicitam determinados pontos de vista sobre o tema. As palavras que os alunos utilizam

no seu cotidiano familiar podem ter uma carga ideológica diferente daquela que está sendo proposta pelo professor ou pelo texto. As palavras em estado de dicionário remetem a significados neutros. As mesmas palavras, no texto, fazem parte do universo daquele texto e remetem ao universo conceitual/ideológico ao qual o autor do texto faz referência e que pode ou não coincidir com o universo conceitual e ideológico do professor e dos alunos.

#### **9.4 (RE) CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS**

O convívio familiar e as informações midiáticas encarregam-se de manter o adolescente no presente, no momento atual, no agora. O ambiente familiar é propício a uma permanente reprodução das atitudes e dos hábitos: “sempre foi assim”. É preciso forçar o adolescente a buscar outros modos de pensar o mundo e de compreender determinados temas. É tarefa da escola fornecer aos alunos informações históricas sobre diferentes temas. Ao proceder, assim, a escola “quebra” o paradigma de que o mundo se reproduz sempre da mesma maneira.

A leitura contrastiva permite ao professor lembrar aos alunos de que somos o fruto das gerações anteriores. Temas como a “violência na sociedade contemporânea”; “desenvolvimento sustentável”; “trabalho escravo”; dentre tantos outros, suscitam reflexões sobre *O que somos? De onde viemos? Por que estamos aqui? O que vamos deixar para as futuras gerações?* Pode parecer banal, mas desconhecer ou *queimar* a história sempre foi desastroso e trágico. Lembrar aos alunos que somos historicamente construídos. Normalmente temos consciência deste fato, mas, mesmo no século XXI, ainda encontramos pessoas que acreditam “*ter inventado a roda.*” Desconhecer a história é uma forma de negá-la. A sociedade, desde os tempos imemoriais, incumbiu a educação de forçar esta passagem, pelo domínio do conhecimento.

A reflexão crítica dos artigos de opinião possibilita mostrar aos alunos que somos parte da história e que fazemos opções, sustentados em referências históricas e conceituais. Na maioria das vezes nem sabemos, nem temos consciência porque pensamos e agimos de determinada maneira. As mudanças, reformas, rupturas de paradigmas do ambiente familiar e comunitário são normais e sempre aconteceram. A escola, que se preconiza como universal, isto é, livre de preconceitos, aberta, democrática, participativa, imparcial e fundamentada no

conhecimento científico, deve ser o local ideal para a realização de propostas educativas que possibilitem a formação de alunos reflexivos e “polifonicamente” constituídos. Com seriedade científica, tal postura pode também ser buscada nas atividades socioculturais que a escola realiza. Seja na organização curricular ou nas atividades extra-curriculares, o projeto educativo da escola deve privilegiar a diversidade cultural, social, ideológica, religiosa. Assim compreendido, o espaço escolar passa a ser um espaço de vivências múltiplas de leitura e de compreensão e (re)construção de referenciais históricos, sociais e culturais sobre a vida e sobre o mundo.

## 9.5 OPERADORES ARGUMENTATIVOS

Em um texto argumentativo, como o artigo de opinião, o autor tem sempre como objetivo a ser atingido o convencimento do leitor em relação a determinados pontos de vista por ele apresentados e defendidos. Por isso, no decorrer do texto, o articulista organiza seu texto de modo que o leitor, muitas vezes, sem se dar conta, vai sendo conduzido a tirar determinadas conclusões (com exclusão de outras). Muito da orientação argumentativa de um texto está indicada no emprego de determinados recursos linguísticos, chamados de operadores argumentativos. Esses elementos têm por função estabelecer determinados sentidos entre as idéias, argumentos, fatos apresentados no texto. Por meio da análise dos operadores argumentativos, é possível perceber a direção para a qual o autor conduz o leitor. (KOCH, 1997).

Professor:

Observe o emprego do operador argumentativo “**mas**” na passagem abaixo, extraída do primeiro texto da coletânea aqui trabalhada. A partir de sua ocorrência, o autor derruba o argumento de que adolescentes infratores permaneçam presos. Argumento este, a princípio, favorável a uma avaliação positiva do ECA. Em seguida, por meio do emprego de “**portanto**”, apresenta o fato que irá prevalecer em sua lógica argumentativa: a soltura dos infratores. Tal manobra argumentativa é fundamental para o autor em sua estratégia de convencimento do leitor quanto à necessidade de mudança do ECA.

*O ECA orienta que o criminoso menor fique no máximo três anos recluso.*

*Em casos muito excepcionais pode ficar um pouco mais. Mas isto, pelo que se deduz, nunca acontece. Precisam vagas, portanto soltam-se os que cumpriram a "reeducação".*

Na obra, A inter-ação pela linguagem, Ingedore Villaça Koch faz um levantamento de vários recursos linguísticos que funcionam como operadores argumetativos. Sugerimos principalmente a leitura do segundo capítulo "Linguagem e Argumentação".



## 9.6 O LEITOR EM POTENCIAL

Além de circularem em diferentes portadores midiáticos, é preciso considerar que os textos de opinião são escritos intencionalmente para diferentes leitores. Dependendo do público-leitor da mídia impressa (jornal, revista) ou eletrônica (blog, sítio, jornais e revistas on-line) em que o texto circula, o autor do artigo de opinião sabe de antemão para quem escreve e se posiciona para este leitor.

No primeiro texto da coletânea aqui apresentada, o autor parece estar falando com os seus leitores. Conhece-os muito bem e destaca os valores, os princípios morais e religiosos de seus leitores. É incisivo, categórico. Interessante observar que o texto foi publicado num jornal de circulação regional. Tanto o autor como os leitores moram na mesma região, têm geralmente acesso às mesmas informações, provavelmente conhecem ou partilham dos mesmos referenciais históricos e conceituais sobre o tema.

Já a carta manifesto com o Comunicado é escrita para um grupo maior de leitores de diferentes classes e culturas, dá ênfase ao fato, destaca as diferenças e no final faz um apelo explícito citando dados estatísticos. O texto da CNBB é extremamente abrangente e vai seduzindo o leitor. Começa longe do problema: "*O Brasil enfrenta uma onda generalizada de violências ...*" Aos poucos, vai aproximando o leitor do problema e sabe que boa parte dos seus leitores (leigos) aceitam a tese da diminuição da maioria penal e lança pistas para uma nova postura diante do problema. "*Campanhas equivocadas*", ... "*os maiores culpados ficam impunes*". A palavra "*maiores*" apresenta ambigüidade. Aqui é possível refletir com os alunos sobre razões do autor em não optar por uma expressão como *os verdadeiros culpados*.

Refletir sobre a relação entre maiores e maioria (aspecto legal) e entre verdadeiros para quem pratica delitos. Tal escolha não combinaria com o conceito de “verdade”.

É necessário que o professor sempre oriente seu aluno quanto ao leitor potencial de seu texto. É importante que ocorra a reflexão sobre modos de identificar o possível leitor, como qualificá-lo e atingi-lo, relacionando-o a critérios de classe social, culturais, econômicos, religiosos, esportivos, ou de ordem de raça, de cor, de costumes e de tradições.

A partir do estabelecimento dos possíveis leitores, o aluno passa a dispor de determinados critérios para a organização dos argumentos. Qual dos argumentos pode exercer maior influência sobre o leitor; qual dos argumentos fará o leitor duvidar das suas convicções? Como se trata de um artigo de opinião, é importante não perder de vista a importância de fragilizar o leitor em suas convicções e pontos de vista, para melhor atingi-lo e, posteriormente, convencê-lo.

Ao escrever, o aluno precisa imaginar o leitor, antecipar um possível diálogo com ele. Perguntar-se: *Se eu disser/escrever isto como é que o leitor vai reagir?* O que o aluno precisa sempre ter em mente é a necessidade de criar estratégias para envolver o leitor. O leitor é dinâmico, volúvel e, sobretudo, não é fiel, não se sente prisioneiro ou obrigado a ler o texto. O leitor escolhe suas leituras. Virar a página é uma das coisas mais fáceis de se fazer. O texto de opinião deve sempre considerar o endereço do leitor.

Ao professor, cabe o questionamento permanente ao aluno para que ele crie estratégias para evitar as possíveis críticas, opiniões negativas, dúvidas e expectativas que não condizem com a intenção do texto.

Depois de elaborada uma primeira versão do artigo de opinião, conduzir o aluno para que ele observe sobre as escolhas realizadas: emprego adequado ou não dos operadores argumentativos; modo de retomadas do tema; vocabulário empregado; consistência ou fragilidade dos argumentos utilizados; pontos de vista/referenciais e conceitos adotados.

Depois de toda essa “onda”, é o momento de deixar os alunos escrever. Nesse processo de produção de artigos de opinião, permitir a produção de rascunhos; a troca de ideias com os colegas; a reestruturação de frases, períodos, parágrafos; a reformulação de conceitos e pontos de vista. A escrita precisa ser entendida como um processo permanente de revisão e de questionamento. Para isso, a participação do professor é indispensável e deve ocorrer ao longo do percurso. Por último e de extrema importância: seguir o combinado com os alunos. A versão final do texto produzido será lida e exposta na sala de aula. Dos textos

expostos, alguns representarão a turma no mural da escola. E, finalmente, do mural, os textos selecionados serão publicados em periódicos locais; afinal, nossos alunos-autores merecem terem leitores para além dos muros da escola.

Bom trabalho!



## REFERÊNCIAS

ABREU, Antonio Suarez. **A arte de Argumentar, gerenciando razão e emoção**. Cotia: Ateliê Editorial, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.  
BAKHTIN Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane.(org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.

GAGLIARDI, Eliane; AMARAL, Heloísa. Pontos de vista. In: **Texto de opinião**. Material subsídio do projeto “Escrevendo o futuro”. Iniciativa da Fundação Itaú Social. Coordenação CENPEC. s/d.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na Sala de Aula – leitura e produção**. 2ª ed. Cascavel, ASSOESTE – Editora Educativa, 1984.

\_\_\_\_\_. **Portos de Passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. A dissertação escolar – técnica (?) de ensino. In: IGNÁCIO, S. E.; MARCHEZAN, R. M. (orgs.) **Curso de atualização para professores do 2º grau na área de Língua Portuguesa – Textos – volume 2**. Convênio VITAE/UNESP/FUNDUNESP/SE/SP. Araraquara: Gráfica da Unesp, 1993.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PARANÁ. SEED/DEPG. **Currículo Básico para a Escola Pública**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1991.

\_\_\_\_\_. SEED/DEB. **Diretrizes curriculares para a escola pública do Paraná**. Língua Portuguesa. Curitiba: SEED/DEB, 2008.

QUIRINO, Rosana Becker. A escrita na Escola e a constituição da subjetividade. In: **Linguas & Letras**. v.2 e 1. N.6 e 7(2002/2003). Cascavel: EDUNIOESTE, 2003

TEIS, Denize T.; MOSER, Fabiane. Gênero textual “Artigo de Opinião”. In: COSTA-HÜBES, Terezinha; BAUMGARTNER, Carmen (orgs.) **Sequência didática: uma proposta para o ensino da língua portuguesa no ensino fundamental**. Cascavel: Assoeste, 2009.

VIANA, Antônio Carlos (coord.). Argumentando. In: \_\_\_\_\_. **Roteiro de redação: lendo e argumentando**. São Paulo: Scipione, 2004.